

► Arquitetura escolar inclusiva: desafios e possibilidades em relação aos alunos com deficiência visual no *campus* Campos-Centro do IF Fluminense

Aline Couto da Costa*, Jefferson da Silva Carvalho**, Tainá Ribeiro Moço Pessanha**

Resumo

Este artigo apresenta parte do trabalho desenvolvido no projeto de extensão intitulado “O Edifício Escolar Inclusivo com base na Percepção Ambiental”, que tem como objeto central a concepção do edifício escolar inclusivo, auxiliada por uma análise da relação entre a arquitetura - e ambientes construídos – e alunos com deficiência, baseada no entendimento da *acessibilidade plena*. Dessa forma, o objetivo principal do trabalho consiste em investigar a percepção dos ambientes escolares por parte de seus usuários com deficiência, a fim de se obter informações para o estabelecimento de diretrizes projetuais e educacionais que possam contribuir para a concepção do edifício escolar efetivamente inclusivo. Nesta etapa inicial do trabalho, foram considerados os ambientes dos blocos de edifícios que compõem o *campus* Campos-Centro e os alunos com deficiência visual, por consistirem respectivamente o local e o público alvo com maior demanda atual por iniciativas nesse sentido. Para isso, tem sido utilizada a seguinte metodologia: investigação teórica para a formação do arcabouço teórico-conceitual a partir da pesquisa bibliográfica sobre

* Doutoranda em Arquitetura e Pesquisadora do Grupo Pró-Acesso (PROARQ/UFRJ); professora do Curso de Graduação Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo - IFFluminense *campus* Campos Centro. E-mail: arqacc@yahoo.com.br.

** Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo - IFFluminense *campus* Campos-Centro.

os temas envolvidos; pesquisa de campo a fim de desenvolver a análise entre o usuário e o ambiente, considerando os aspectos da percepção, através de entrevistas e percursos comentados com os usuários, bem como observações diretas; sistematização e análise dos dados gerais e por ambientes; divulgação de resultados prévios para validação. Acredita-se que o trabalho tem contribuído para o debate das questões inerentes ao assunto e para o desenvolvimento de orientações educacionais e projetuais, principalmente no que se refere à relação entre Educação e Arquitetura, considerando a reflexão da mesma sob outros enfoques ainda pouco estudados: ensino técnico e profissional para pessoas com deficiência visual e ambientes construídos que considerem, no âmbito da acessibilidade, aspectos emocionais e intelectuais, para além da vertente espacial ou comunicacional.

Palavras-Chave: Acessibilidade Plena. Arquitetura Escolar Inclusiva. Aluno com deficiência visual.

Introdução

O respeito à diversidade e a garantia à participação social de cada pessoa, independente de suas características (de gênero, étnicas, socioeconômicas, religiosas, físicas e psicológicas), têm emergido como uma questão ética, promovendo a reivindicação por uma sociedade mais justa e igualitária.

Dessa forma, torna-se importante para a sociedade o entendimento e a reflexão sobre a temática da inclusão social; que traz, como pressuposto, a ideia de um coletivo que considera e acolhe a diversidade humana, nos diferentes tipos de atividades e nas diversas redes de relacionamentos, “estruturando-se para atender às necessidades de cada cidadão, das majorias às minorias, dos privilegiados aos marginalizados” (WERNECK, 1998 apud RORIZ et al, 2005).

Tendo como princípio a diversidade dos atores da sociedade,

a inclusão abrange necessariamente todas as formas possíveis da existência humana. No entanto, este trabalho considera, como recorte social, as pessoas com deficiência, por reconhecer este grupo como tradicionalmente discriminado e excluído, principalmente no aspecto educacional.

Acredita-se que a sociedade está passando por uma transição em prol da inclusão. Há alguns anos, esse processo em relação às pessoas com deficiência tem se tornado um grande desafio, visto que a sociedade possui uma dinâmica própria de organização que desconsidera, em muitos casos, as necessidades específicas e individuais das mesmas (MELLO, 1997 apud MANTOAN, 1997). “Para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada, devendo firmar a convivência no contexto da diversidade humana, bem como aceitar e valorizar a contribuição de cada um conforme suas condições pessoais” (BRASIL, 2008).

Segundo Ferreira e Guimarães (2003), a inclusão acontecerá se a sociedade construir a consciência de que tem de modificar suas estruturas dominantes, promovendo a transformação necessária e imprescindível à promoção da inclusão dos indivíduos com deficiência das diversas naturezas. A sociedade precisa romper com seus estigmas e preconceitos, buscando mecanismos que possam incentivar e promover o desenvolvimento das potencialidades de todos os indivíduos.

A educação tem uma grande importância nesse processo. O próprio conceito de sociedade inclusiva é adquirido na escola, pois é o primeiro contato com a cultura transmitida pelas gerações, e isso faz com que a pessoa aprenda a conviver e compartilhar numa sociedade mais ampla. A educação inclusiva, portanto, defende a concepção de que o direito ao sistema formal de ensino permite o desenvolvimento das potencialidades do indivíduo com alguma deficiência, possibilitando seu crescimento, de forma plena, ressaltando suas potencialidades, contribuindo assim para construção de uma ordem social menos excludente e mais igualitária

e humanizada (MASINI, 2006).

A educação inclusiva também deve ser uma premissa das escolas de ensino técnico e profissional, uma vez que esse tipo de ensino objetiva não só a condução do cidadão ao desenvolvimento de aptidões e habilidades para a vida produtiva, com a compreensão global do processo e com a apreensão do saber tecnológico que informa a prática profissional e a valorização da cultura do trabalho, pela mobilização dos valores necessários à tomada de decisões (CORDÃO, 2005); como também a evolução de sua individualidade, com o desenvolvimento de competências e habilidades individuais que lhe assegurem autonomia e meios de se afirmar socialmente pelo trabalho (VIÉGAS; CARNEIRO, 2003, p. 27).

No ambiente escolar que preconiza a inclusão, a aprendizagem deste aluno ganha mais sentido, pois ele está inserido num espaço compartilhado, que permite o convívio e a participação. É nesse *lugar* que todos se veem motivados a estabelecer a comunicação, a sentir a necessidade de se locomover, entre outras habilidades pertencentes ao gênero humano. Para que o aluno com deficiência possa ter acesso ao conhecimento escolar e interagir com o ambiente ao qual ele frequenta, é necessário criar condições adequadas à sua locomoção, comunicação, conforto e segurança, dentre outros (SCHIMMER et al, 2007). Nesse contexto, insere-se a importância da Arquitetura, através do conhecimento relacionado à acessibilidade.

Segundo a Norma Brasileira NBR 9050 (ABNT, 2004), acessibilidade consiste na “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”. Trata-se, portanto, de um conceito que considera prioritariamente as dimensões física, espacial e comunicacional. Acredita-se que essas abordagens sejam imprescindíveis. Entretanto, o presente trabalho busca avançar no conhecimento através do estudo da *acessibilidade plena*, sendo este um conceito introduzido e trabalhado por Cohen e Duarte (2010), que tem como pressuposto que apenas a acessibilidade

física ao espaço não é suficiente, pois é preciso abranger o aspecto da empatia e a promoção de condições de experiência do *lugar*. Para as autoras, *acessibilidade plena* “significa a possibilidade de compartilhar o espaço e de efetuar trocas; a capacidade do *lugar* de acolher seus visitantes, a aptidão do local em gerar empatia e afeto em seus visitantes” (DUARTE *et al* 2013).

A acessibilidade é então analisada em sentido mais amplo, considerando uma dimensão mais subjetiva. Dessa forma, insere-se a noção de psicologia ambiental, que trata das implicações psicológicas e psicossociais das inter-relações entre o homem e o ambiente, que tem dentre os campos de estudo na arquitetura o aspecto da percepção (DEL RIO *et al*, 2002). Este trabalho concentra-se nestas questões, por acreditar que ela é vital para a compreensão das inter-relações entre pessoa e ambiente e dos julgamentos sobre o Projeto do Ambiente Construído (RHEINGANTZ, 2009). A problematização em relação à percepção, por exemplo, encontra-se no fato de as teorias e concepções arquitetônicas, de modo geral, estabelecerem, mesmo que de forma implícita, a percepção do ambiente vinculada, quase sempre, à percepção visual, o que pode ser um entrave à concepção da arquitetura escolar inclusiva, principalmente quanto ao aspecto da deficiência visual.

Dessa forma, há muito que investigar sobre a relação entre pessoa e ambiente construído, que não está sendo contemplada pelas instituições atualmente, principalmente às voltadas para o ensino técnico-profissionalizante. O desafio torna-se ainda maior quando se abarca as questões e as particularidades da inclusão social nos ambientes escolares (FERREIRA; GUIMARÃES, 2003), principalmente em se tratando de alunos com deficiência.

A qualidade de vida nesse ambiente construído vem sendo defendida por pesquisadores, que relacionam a arquitetura escolar com a psicologia ambiental, expondo a necessidade de abordar as particularidades nas relações entre pessoa e ambiente de ensino. Entretanto, o trabalho dos arquitetos, quanto à concepção e à produção

arquitetônica não tem revelado essa perspectiva.

O problema acentua-se quando se insere o aspecto da inclusão social na educação técnica e profissional. Pode-se afirmar que existem alguns estudos e práticas na temática: muitos, porém, sob o aspecto da educação infantil, e quase nada no que se refere à educação continuada. Isso talvez ocorra por haver o julgamento equivocados da impossibilidade da inclusão da pessoa com deficiência no ensino técnico e profissional.

A realidade elucidada tem impulsionado o desenvolvimento do projeto de extensão intitulado “O Edifício Escolar Inclusivo com base na Percepção Ambiental”, tendo como objeto principal a concepção do edifício escolar inclusivo, auxiliada por uma análise da relação entre a arquitetura – e ambientes construídos – e alunos com deficiência, baseada no entendimento da *acessibilidade plena*. Dessa forma, o objetivo principal do trabalho consiste em investigar a percepção dos ambientes escolares por parte de seus usuários com deficiência, a fim de se obter informações para o estabelecimento de diretrizes projetuais e educacionais que possam contribuir para a concepção do edifício escolar efetivamente inclusivo.

O trabalho tem sido desenvolvido no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense). Trata-se de uma instituição centenária, que teve o início de suas atividades no município de Campos dos Goytacazes, no interior do estado do Rio de Janeiro, e que atualmente consiste em um dos maiores centros federais de ensino técnico e profissional, com diversos *campi* instalados. A trajetória do IFFluminense em relação ao ensino técnico e profissional brasileiro faz com que seus atores sociais reconheçam a importância da instituição na formação de profissionais no contexto regional. Essa perspectiva também tem sido creditada, nos últimos anos, pelas pessoas com deficiência que buscam a continuidade de seus estudos. Dessa forma, vários são os desafios da instituição para a promoção de uma arquitetura que possa contribuir para esse processo educacional.

Acredita-se que esta iniciativa tem contribuído para o debate das questões inerentes ao assunto e para o desenvolvimento de orientações educacionais e projetuais, principalmente no que se refere à relação entre Educação e Arquitetura, considerando a reflexão da mesma sob outros enfoques ainda pouco estudados: ensino técnico e profissional para pessoas com deficiência visual e ambientes construídos que considerem, no âmbito da acessibilidade, aspectos emocionais e intelectuais, para além da vertente espacial ou comunicacional. Essa prática tende a auxiliar as ações dos atores sociais envolvidos no processo, dentre eles, gestores, professores e alunos, bem como contribuir para o trabalho de profissionais relacionados à construção civil de escolas.

Metodologia

O projeto em questão, embora planejado e iniciado no primeiro semestre do ano 2013, representa o produto do amadurecimento de ideias advindas e trabalhadas a partir de um conjunto de experiências em prol da inclusão social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense), bem como do conhecimento obtido através da participação no grupo Pró-Acesso do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROARQ-UFRJ).

Em alguns experimentos, foi possível obter uma aproximação com as ações realizadas pelo Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNEE), ao qual compete, dentre outros, democratizar e equiparar as oportunidades educacionais e planejar, estimular e promover políticas continuadas de ações inclusivas. Assim sendo, para o planejamento desse projeto, foram consideradas as perspectivas de trabalho do NAPNEE, que, por sua vez, indicou o *campus* Campos-Centro (Figura 1) como o local onde se concentra a maior demanda pelo Ensino Técnico e Profissional para esse público-

alvo e os alunos com deficiência visual, como um dos predominantes na instituição atualmente (Figura 2).

Para investigar a percepção dos ambientes escolares por parte de seus usuários com deficiência visual, a fim de se obter informações para o estabelecimento de diretrizes projetuais e educacionais que possam contribuir para a concepção do edifício escolar efetivamente inclusivo para esse público alvo, tem-se adotado alguns métodos e meios.

A investigação teórica, importante para a formação do arcabouço teórico-conceitual, está sendo realizada a partir de: pesquisa bibliográfica com a leitura e o registro de publicações impressas (livros, periódicos) e digitais (internet) sobre a temática relacionada à Educação, à Arquitetura e à Inclusão Social; e pesquisa documental, principalmente em relação às legislações referentes à Educação e à Acessibilidade, sendo a NBR 9050 (ABNT, 2004) a mais utilizada para o último caso. Além disso, tem-se estudado metodologias de análise do lugar que consideram aspectos mais subjetivos nesse processo, como entrevistas, percursos comentados, e observações diretas e sequenciadas da rotina dos usuários.

O campus Campos-Centro do IFF

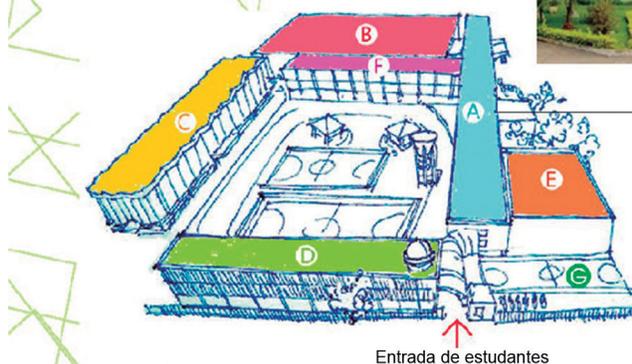


Figura 1. Blocos de edifícios do *campus* Campos-Centro do IFFluminense

Fonte: Adaptado de www.portal.iff.edu.br, 2012.



Figura 2. Alguns alunos com deficiência visual no *campus* Campos-Centro do IFFluminense

Fonte: PESSANHA; 2013.

Além do respaldo teórico, a realização da pesquisa de campo tem sido fundamental ao desenvolvimento do trabalho. Nesse sentido, há o cumprimento de duas fases principais: a primeira – desenvolvida somente por responsáveis pelo projeto – consiste no levantamento físico e registro fotográfico dos ambientes, a fim de verificar o atendimento dos mesmos em relação às normas existentes de acessibilidade, particularmente a NBR 9050 (ABNT, 2004); a segunda – realizada em conjunto com os usuários, que fundamenta todo o trabalho – refere-se às entrevistas, percursos comentados e observações diretas e sequenciadas da rotina dos alunos com deficiência visual, com o objetivo de diagnosticar os aspectos mais subjetivos da acessibilidade, principalmente os relacionados à percepção.

Os métodos e meios supracitados têm proporcionado a obtenção de dados que estão sendo sistematizados e analisados, de modo a compor

um panorama das relações que envolvem a percepção dos usuários e os ambientes. Acredita-se que essas informações serão essenciais ao desenvolvimento de diretrizes que possam auxiliar a ação educacional e projetual, que é o objetivo principal do trabalho.

Ainda como uma etapa da metodologia prevista, há a apresentação constante do trabalho a toda comunidade, que tem sido realizada através de participações em encontro, congresso, oficina e aulas, possibilitando a reflexão e o debate sobre o tema e a ação de extensão. Pretende-se ainda a divulgação de resultados parciais aos alunos com deficiência visual, inclusive para a validação dos dados obtidos e para a obtenção de mais subsídios; e a divulgação dos produtos finais, como contribuição efetiva à sociedade.

Resultados, desenvolvimento e discussão

A pesquisa teórica desenvolvida proporcionou o aprofundamento das questões referentes à Educação, à Arquitetura e à Inclusão Social. O entendimento da necessidade de vinculação entre esses temas contribuiu para que se chegasse ao ponto fundamental do trabalho, a Arquitetura Escolar Inclusiva, considerando a *acessibilidade plena*.

Acredita-se que a vivência dos alunos com deficiência visual nos ambientes escolares depende das dimensões física, espacial e comunicacional, muito comumente exploradas nos estudos relacionados à acessibilidade.

Dessa forma, a realização da primeira fase da pesquisa de campo, que consistiu no levantamento físico e registro fotográfico dos ambientes dos blocos de edifícios do *campus* Campos-Centro, para a análise dos mesmos em relação ao que é indicado pela NBR 9050 (ABNT, 2004), apontou alguns problemas e desafios a serem superados. A sistematização dos dados dessa etapa foi realizada através de registros em desenhos correspondentes à planta baixa dos respectivos andares de cada bloco de edifícios, com fotos e informações dos ambientes (Figuras 03, 04, 05 e 06), no intuito de facilitar a compreensão e divulgação dos dados.

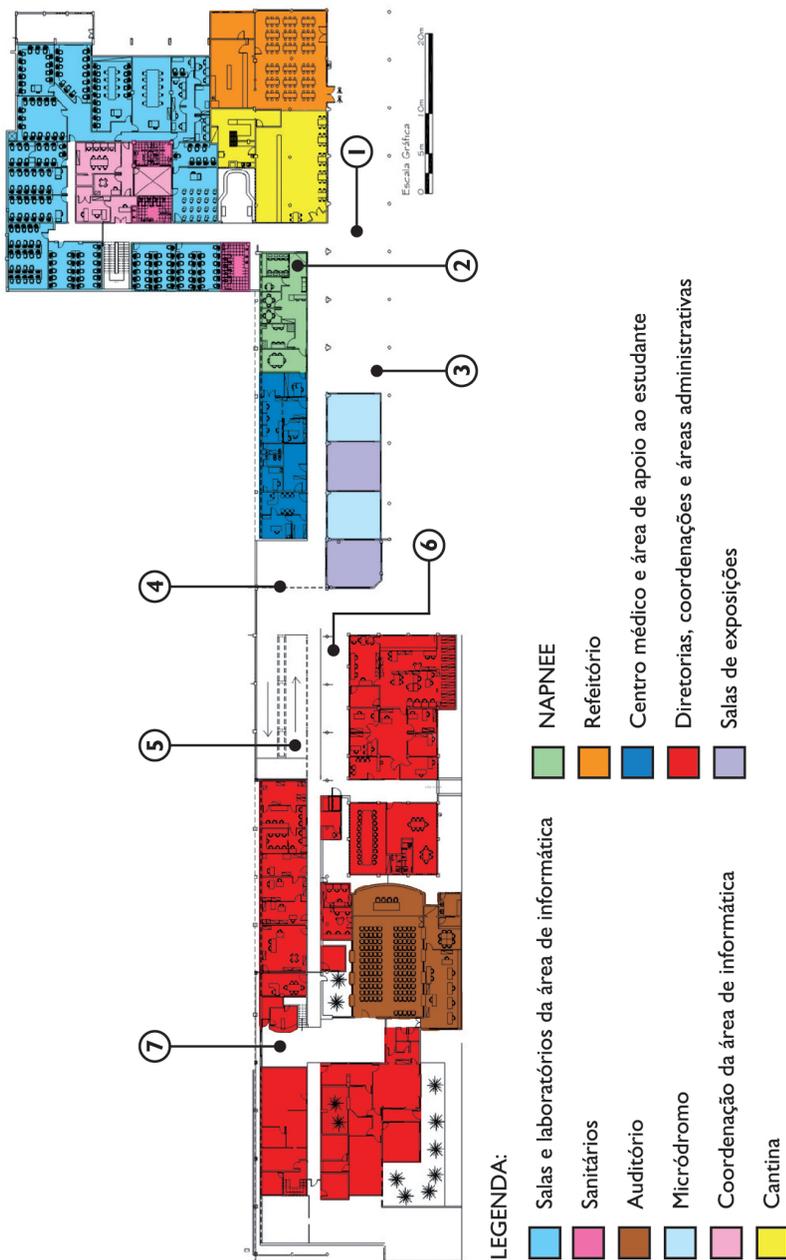


Figura 3. Registros dos problemas de acessibilidade no térreo do Bloco A - Continua

Fonte: CARVALHO; PESSANHA; 2014.



5. RAMPA DE ACESSO
Acesso e fluxos prejudicados pela falta de sinalização. Ausência de corrimãos.



4. HALL DE ENTRADA
Um dos poucos ambientes da instituição que possui sinalização tátil.



3. PÁTIO
Equipamentos em lugares inadequados. Piso de sinalização danificado.



2. NAPREE
Acesso através de sinalização tátil. O interior não possui nenhum tipo de sinalização.



1. CANTINA / REFEITÓRIO
Acesso e fluxos prejudicados pela sinalização ineficiente e pela disposição dos equipamentos.



6. CIRCULAÇÃO
Acesso e fluxos prejudicados pela falta de sinalização.



7. HALL PRINCIPAL
Acesso e fluxos prejudicados pela falta de sinalização tátil e sonora.

Figura 3. Registros dos problemas de acessibilidade no térreo do Bloco A - Conclusão

Fonte: CARVALHO; PESSANHA; 2014.

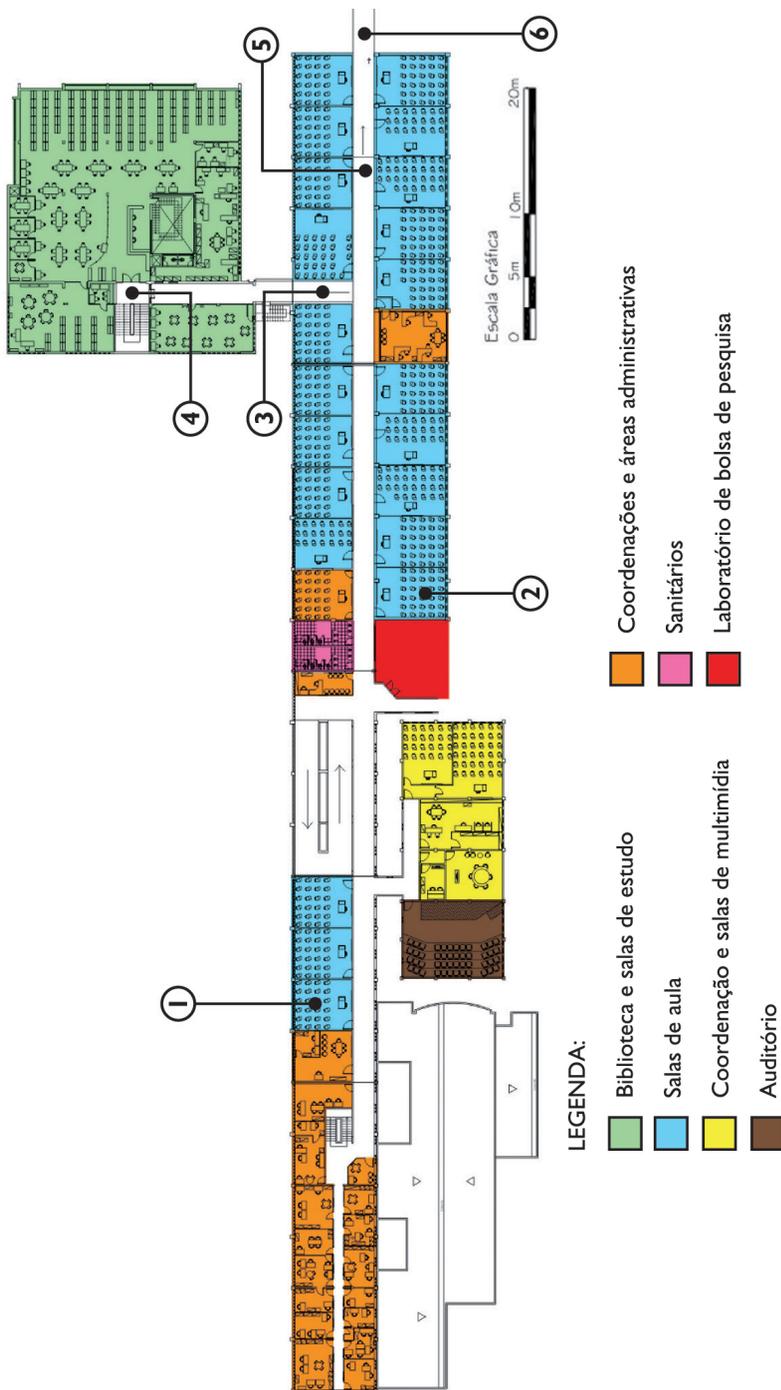


Figura 4. Registros dos problemas de acessibilidade no primeiro pavimento do Bloco A - Continua

Fonte: CARVALHO; PESSANHA; 2014.



1. SALA DE AULA
Acesso e fluxos prejudicados pela quantidade de equipamentos.



2. SALA DE AULA
Identificador em braille presente na maioria das portas desse pavimento.



3. ACESSO À BIBLIOTECA
Acesso e fluxos prejudicados pela falta de sinalização. Equipamentos sem sinalização.



4. HALL DE ENTRADA
Um dos poucos ambientes da instituição que possui sinalização tátil.



5. CIRCULAÇÃO
Fluxos prejudicados pela falta de sinalização e pela quantidade de equipamentos.



6. CIRCULAÇÃO
Fluxo prejudicado pela falta de sinalização e pelo material utilizado na construção.

Figura 4. Registros dos problemas de acessibilidade no primeiro pavimento do Bloco A - Conclusão

Fonte: CARVALHO; PESSANHA; 2014.



LEGENDA:

- Salas de aula e laboratórios da área de indústria e construção civil
- Coordenações, áreas administrativas e manutenção
- Sanitários

Figura 5. Registros dos problemas de acessibilidade no térreo do Bloco B Continua

Fonte: CARVALHO; PESSANHA; 2014.



1. HALL

Acesso e fluxos prejudicados pela falta de sinalização tátil e sonora.



2. SALA DE AULA

Acesso e fluxos prejudicados pela falta de sinalização. Única rampa que possui corrimãos.



3. CIRCULAÇÃO

Acesso e fluxos prejudicados pela falta de sinalização e pelos equipamentos.



4. CIRCULAÇÃO

Acesso e fluxos prejudicados pela falta de sinalização e pelos equipamentos.



5. ESCADA

Acesso e fluxos prejudicados pela falta de sinalização. Corrimãos implantados de forma inadequada.

Figura 5. Registros dos problemas de acessibilidade no térreo do Bloco B - Conclusão

Fonte: CARVALHO; PESSANHA; 2014.

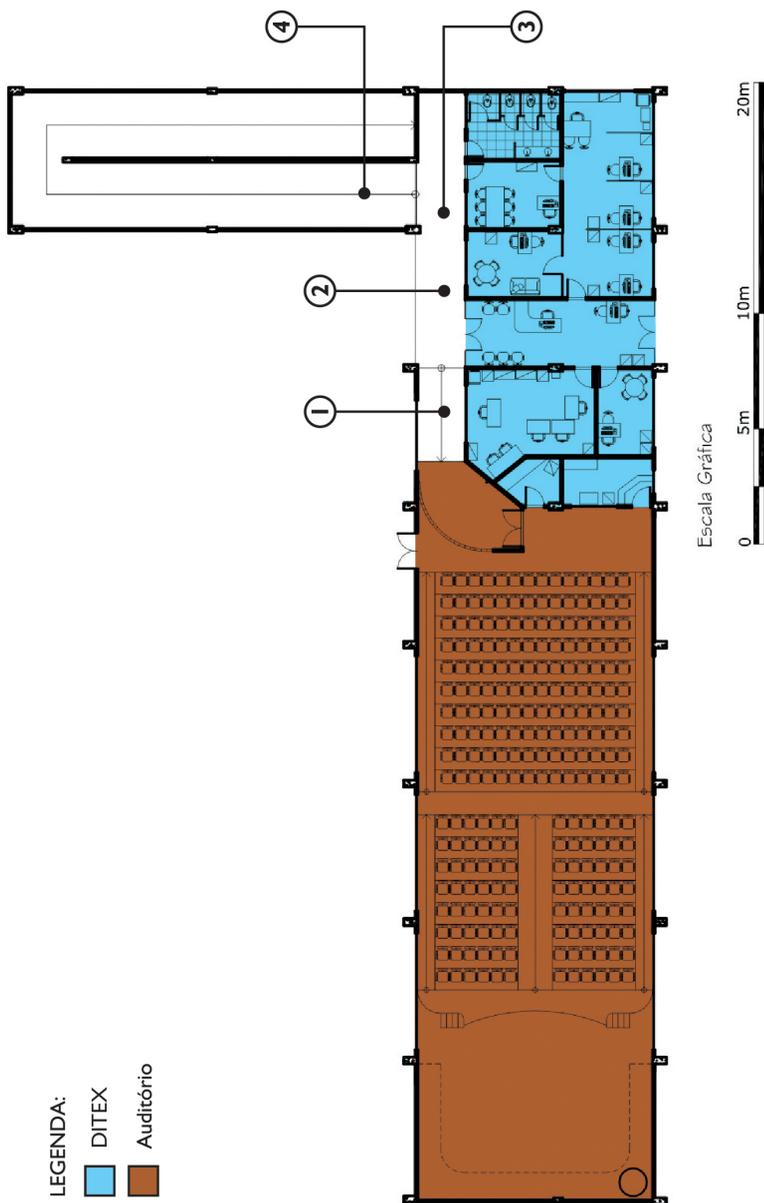


Figura 6. Registros dos problemas de acessibilidade no térreo do Bloco D
Continua

Fonte: CARVALHO; PESSANHA; 2014.



**1. RAMPA DE ACESSO AO AUDITÓRIO
CRISTINA BASTOS**

Acesso e fluxos prejudicados pela falta de sinalização.



2. CIRCULAÇÃO

Fluxos prejudicados pela falta de sinalização e pela quantidade de equipamentos.



3. CIRCULAÇÃO

Fluxos prejudicados pela falta de sinalização e pela quantidade de equipamentos.



4. RAMPA DE ACESSO

Acesso e fluxos prejudicados pela falta de sinalização e pela grade de segurança. Ausência de corrimãos.

Figura 6. Registros dos problemas de acessibilidade no térreo do Bloco D
Conclusão

Fonte: CARVALHO; PESSANHA; 2014.

Considerando as dimensões física, espacial e comunicacional, foram constatados problemas como: falta ou uso incorreto de sinalização tátil, falta de sinalização sonora para casos específicos, presença de barreiras arquitetônicas, falta de corrimãos, dentre outros. Tudo isso dificulta e/ou limita a utilização, com segurança e autonomia, dos espaços e equipamentos educacionais; e mais do que isso, impede as condições de vivência plena do espaço que deveria ser o *lugar* do ensino e da aprendizagem, como meio de preparação para a vida.

Conforme anteriormente mencionado, a *acessibilidade plena* tem como pressuposto que apenas a acessibilidade física ao espaço não é suficiente, pois é preciso abranger o aspecto da empatia e a promoção de condições de experiência do *lugar*. Dessa forma, o local deve “gerar empatia e afeto em seus visitantes” (DUARTE *et al* 2013). A partir disso, houve o desenvolvimento da segunda fase da pesquisa de campo, que contou com a participação dos alunos com deficiência visual, através de entrevistas, percursos comentados (Figuras 07 e 08) e observações diretas e sequenciadas da rotina dos mesmos, a fim de diagnosticar aspectos mais subjetivos da acessibilidade, principalmente os relacionados à percepção.

A princípio, os métodos utilizados foram os que mais se adequaram ao trabalho, muito em função do tempo para a realização do projeto; entretanto, verificou-se a necessidade de desenvolvimento de processos mais aperfeiçoados para a obtenção desse tipo de dados. Mesmo assim, os procedimentos adotados proporcionaram resultados bastante válidos: por um lado, os responsáveis pelo projeto tiveram a possibilidade de se integrar aos alunos com deficiência visual para diagnosticar, em parte, a percepção dos mesmos em relação aos ambientes do IFFluminense; por outro, os próprios estudantes cegos sentiram-se respeitados por sua participação e perspectiva de ajuda na transformação de uma realidade que lhes é própria.

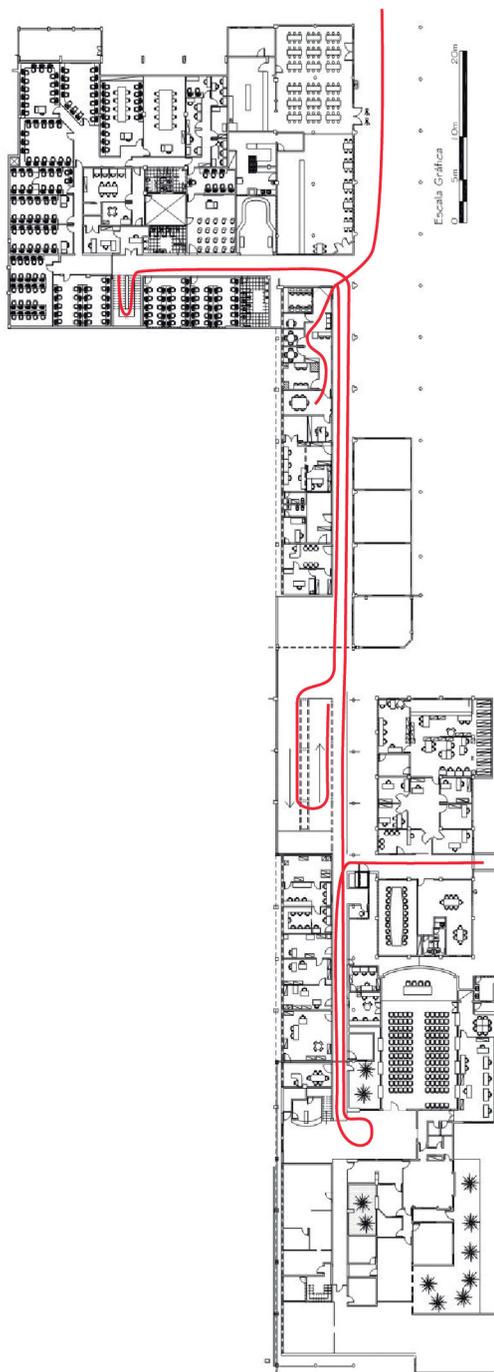


Figura 7. Parte do trajeto do Percurso Comentado

Fonte: CARVALHO; PESSANHA; 2014.

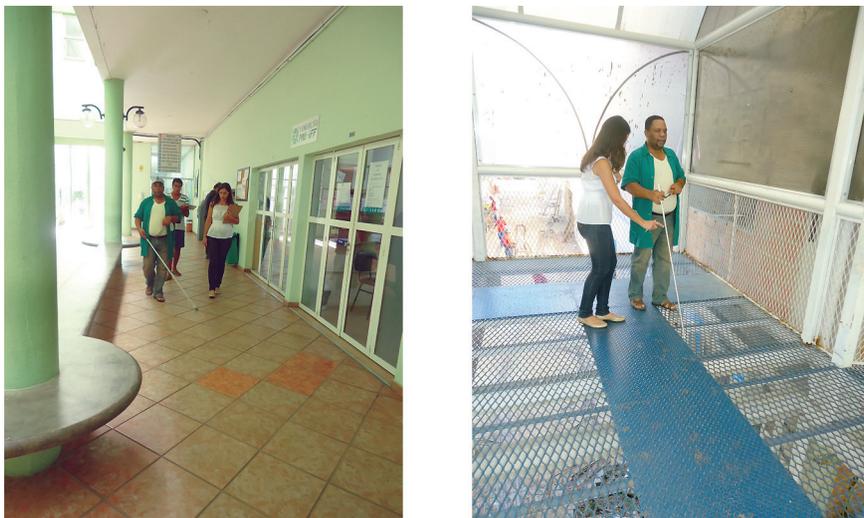


Figura 8. Fotos do Percurso Comentado

Fonte: PESSANHA; 2014.

Os métodos foram aplicados a dois alunos de cursos distintos do Ensino Técnico e Profissionalizante. Com a realização das entrevistas, houve a confirmação dos problemas constatados na etapa anterior, especialmente no que se refere à acessibilidade física, espacial e comunicacional.

Com o desenvolvimento dos percursos comentados, verificou-se, por exemplo, que nenhum dos estudantes tinha percorrido todos os ambientes do IFFluminense anteriormente, inclusive setores como sala de coordenação dos cursos, sala do diretor, alguns auditórios e biblioteca. Nesse tipo de experiência, também foram evidenciadas algumas questões, para além do entendimento restrito da acessibilidade. Em uma das situações vivenciadas, o aluno relatou que achava ruim a falta de piso tátil por gerar insegurança e dependência e por restringir o deslocamento e a convivência nos espaços institucionais. Para ambos, os *lugares* em que mais gostam de permanecer são as salas do NAPNEE, pois se sentem mais acolhidos e conseguem interagir com os demais colegas.

As observações diretas e sequenciadas da rotina dos alunos com deficiência visual também proporcionaram algumas contribuições ao

trabalho, principalmente no que se refere à análise do comportamento do *outro*, ou seja, das pessoas que convivem com esses alunos nos ambientes construídos do IFFluminense. Nas salas de aula, por exemplo, o barulho provindo das conversas excessivas dos colegas prejudica demasiadamente a concentração e o acompanhamento do conteúdo por parte dos alunos cegos, a ponto de causar a saída dos mesmos do principal ambiente de ensino e aprendizagem. Já no pátio escolar, percebe-se um movimento de afastamento dos alunos em geral em relação aos que apresentam alguma deficiência. Nos dois casos, falta sensibilidade e conscientização por parte da maioria discente.

Por fim, os trabalhos até então desenvolvidos têm demonstrado que muitos são os desafios e as possibilidades de melhorias em relação à arquitetura escolar inclusiva, considerando a *acessibilidade plena*, de modo a atender aos anseios e às necessidades dos alunos com deficiência visual, especialmente aqueles do ensino técnico e profissional do *campus* Campos-Centro do IFFluminense.

Deve-se ressaltar, entretanto, que o objetivo das ações de extensão consiste ainda em transpor o conhecimento e a experiência acadêmica e científica à prática profissional, com a promoção de debates mais amplos direcionados aos atores sociais envolvidos no processo e com o desenvolvimento e a divulgação de diretrizes projetuais e educacionais que possam contribuir para a concepção do edifício escolar inclusivo para os alunos com deficiência visual, com base na *acessibilidade plena*.

Considerações e Perspectivas

A Educação tem uma grande importância quanto à compreensão e o acolhimento da diversidade humana, pois ela não só permite a reflexão sobre a temática da Inclusão Social, como também oportuniza condições para que o processo se dê, de fato, na vida das pessoas. A Educação Inclusiva possibilita a inserção do indivíduo com deficiência na rede de ensino, devendo ser a escola o *lugar* para que isso ocorra.

No ambiente escolar que preconiza a inclusão, a aprendizagem do discente ganha mais sentido. Entretanto, para que o aluno com deficiência possa vivenciar esses ambientes, é necessário criar condições adequadas através de uma Arquitetura Escolar Inclusiva, que considera a *acessibilidade plena*.

O Instituto Federal Fluminense tem oportunizado o ensino técnico e profissional aos alunos com deficiência, qualificando-os para o mercado de trabalho, mas compreende que há desafios a serem superados; por isso, incentiva a realização de estudos e ações em prol da inclusão, inclusive através da Arquitetura.

Um exemplo é o apoio dado ao projeto de extensão intitulado “O Edifício Escolar Inclusivo com base na Percepção Ambiental”, apresentado, em parte, nesse artigo e que tem alcançado alguns resultados positivos, dentre eles: em relação aos alunos com deficiência visual, a obtenção de informações referentes à percepção dos ambientes e a elevação da auto-estima por poderem contribuir com o processo que visa a qualidade dos ambientes escolares; em relação aos alunos extensionistas, a possibilidade de aplicação dos conhecimentos adquiridos com a aproximação entre teoria e prática; em relação aos demais atores sociais envolvidos no processo (alunos, professores e profissionais), a oportunidade de sensibilização, conscientização e discussão do tema.

Acredita-se ainda que o produto do trabalho proveniente desse projeto de extensão tende a contribuir para a vida dos alunos com deficiência visual, bem como para as atividades de profissionais envolvidos no processo pedagógico (diretores de instituições, coordenadores, pedagogos e professores) e na construção civil de escolas (arquitetos, engenheiros e técnicos).

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.
NBR 9050/2004, Acessibilidade a edificações, espaço, mobiliário e

equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. *Portal MEC*. Brasília/DF: SEESP / SEED / MEC, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 02 out 2013.

CORDÃO, Francisco Aparecido, 2005. A Educação Profissional no Brasil. In: PARDAL, L. et al. *Ensino Médio e Ensino Técnico no Brasil e em Portugal*. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, PUC/SP (org.). Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

CARVALHO, Jefferson da Silva; COSTA, Aline Couto da; PESSANHA, Tainá R. Moço. A Concepção do Edifício Escolar Inclusivo com base na Percepção Ambiental: O Instituto Federal Fluminense (RJ) como Lugar do Ensino Técnico e Profissional para os Alunos com Deficiência Visual. Relatório do projeto de extensão apresentado ao IFF no ano letivo de 2013.

DEL RIO, Vicente; DUARTE, Cristiane Rose; RHEINGANTZ, Paulo Afonso (Org.). *Projeto do Lugar*. Colaboração entre Psicologia, Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.

DUARTE, C. R.; COHEN, R.; SANTANA, E.; BRASILEIRO, A.; LIRA, Elza. Acessibilidade Plena a Museus: perspectivas de uma acessibilidade cultural, sensorial e emocional. In: IV ENCONTRO NACIONAL DE ERGONOMIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 2013, Florianópolis (SC). *Anais...* Florianópolis (SC): UFSC, 2013.

_____. Acessibilidade como fator de construção do lugar. In: ORNSTEIN, Sheila W.; PRADO, A.R.A.; LOPES, M.E. (orgs). *Desenho Universal: caminhos da acessibilidade no Brasil*. São Paulo: Annablume, p. 81-94, 2010c.

FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M. *Educação Inclusiva*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MANTOAM, M.T.E. *A Integração de Pessoas com Deficiência:*

contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memon; Ed. SENAC, 1997.

_____. *O direito de ser, sendo diferente, na escola*. In: Seminário Sobre Direito da Educação. 2004. Brasília, DF. Disponível em: <1R1i://www.cjf.jus.br/revista/numero26/artigo06.pdf>. Acesso em 20 dez. 2013.

MASINI, Elcie F. S.. Facilidades e dificuldades encontradas pelos professores que lecionam para alunos com deficiência visual em universidades regulares. *Revista Benjamin Constant*. Rio de Janeiro, n.º. 34, p. 13-26, 2006.

RHEINGANTZ, Paulo et al. *Observando a qualidade do Lugar: procedimentos para avaliação pós-ocupação*. Rio de Janeiro: PROARQ, 2009. Disponível em: <1R1i://www.fau.ufrj.br/prolugar/arq_pdf/livros/obs_a_qua_lugar.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2013.

RORIZ, Ticiania Melo de Sá; AMORIM, Katia de Souza e ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. Inclusão social/escolar de pessoas com necessidades especiais: múltiplas perspectivas e controversas práticas discursivas. *Revista Psicologia da USP*. 2005, vol.16, n.3, 2R. 167-194.

SCHIRMER, Carolina R. Et al.. *Atendimento Educacional Especializado: deficiência física* Brasília/DF: SEESP / SEED / MEC, 2007, p. 15-24. Disponível em: <2R2i://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_df.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2013.

VIÉGAS, Conceição de Maria Corrêa; CARNEIRO, Moaci Alves. *Educação profissional: indicações para a ação*. A interface educação profissional/educação especial. Brasília: MEC/ SEESP, 2003.